PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Resolução do Conselho do Governo n.º 72/2016 de 1 de Abril de 2016

Considerando que a Região Autónoma dos Açores é proprietária do imóvel sito na Avenida Roberto Ivens, freguesia de São José, concelho de Ponta Delgada, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 779/São José e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ponta Delgada sob o n.º 2447/20010913, com a área de 462m²;

Considerando que, com a construção do novo Centro de Saúde de Ponta Delgada, o imóvel acima identificado ficou desocupado, dado que os serviços nele instalados foram transferidos para o novo Centro de Saúde;

Considerando que as atuais instalações do Coral de São José, Associação Musical, não reúnem condições compatíveis com o adequado desenvolvimento das suas atividades;

Considerando, finalmente, o nível artístico daquela prestigiada associação musical e o interesse público da atividade que vem prosseguindo em prol da música e da cultura em geral;

Assim, nos termos da alínea e), do n.º 1 do artigo 90.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, conjugada com o n.º 2 do artigo 5.º e artigos 6.º e 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2008/A, de 19 de maio, o Conselho do Governo resolve:

1- Autorizar, nos termos do n.º 2 do artigo 5.º e dos artigos 6.º e 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2008/A, de 19 de maio, a cedência de utilização, a título gratuito, ao Coral de São José, Associação Musical, do prédio urbano, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 779/São José e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ponta Delgada sob o n.º 2447/20010913, com a área total de 462m².

2- A cedência ora autorizada tem por fim a instalação do Coral de São José, Associação Musical.

3- A presente cedência de utilização reveste natureza precária, podendo ser dada por finda a todo o tempo, desde que a cessionária seja notificada com a antecedência mínima de 60 dias.

4- O prédio ora objeto de cedência reverterá para a posse da Região Autónoma dos Açores se não lhe for dado o fim a que se destina e que serviu de base à mesma.

5- As despesas de conservação e de manutenção do imóvel ficam a cargo da cessionária, carecendo de autorização da Direção Regional do Orçamento e Tesouro a realização das obras que seja necessário efetuar.

6- O auto de cessão de utilização será elaborado pela Direção de Serviços do Património da Direção Regional do Orçamento e Tesouro.

7- A presente resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, em Ponta Delgada, em 21 de março de 2016. -
O Presidente do Governo Regional, *Vasco Ilídio Alves Cordeiro*.